

Processo: 1.0148.17.007168-9/001
Relator: Des.(a) Bitencourt Marcondes
Relator do Acórdão: Des.(a) Bitencourt Marcondes
Data do Julgamento: 23/09/2021
Data da Publicação: 30/09/2021

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CERTIDÃO DE DÉBITO DO TCE/MG. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. REMUNERAÇÃO A MAIOR PAGA AO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG NO EXERCÍCIO DE 1994. FALECIMENTO DO RESPONSÁVEL. DIRECIONAMENTO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA AO SUCESSOR UNIVERSAL. PERTINÊNCIA SUBJETIVA PARA RESPONDER PELO DÉBITO ATÉ O LIMITE DAS FORÇAS DA HERANÇA. RECURSO PROVIDO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA QUE HAVIA RECONHECIDO A ILEGITIMIDADE DO EXECUTADO. CAUSA MADURA. PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO COM SUPEDÂNEO NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE DA REGRA PREVISTA NO ART. 37, § 5º, DA CR. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PARALISAÇÃO POR MAIS DE 05 ANOS APÓS A CITAÇÃO DO RESPONSÁVEL. AUSÊNCIA DE REGRAMENTO, À EPOCA, NA LEI ORGÂNICA DO TCE/MG (LCE nº 102/2008). APLICAÇÃO ANALÓGICA DO PRAZO QUINQUENAL DO ART. 1º DO DECRETO-LEI Nº 20.910/41 E ART. 1º DA LEI Nº. 9.873/99. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACOLHIMENTO DA PREJUDICIAL DE MÉRITO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.

1. A pretensão insatisfeita do Município de Lagoa Santa/MG, embora verse sobre pretensão de ressarcimento ao erário que originalmente devesse recair sobre a esfera jurídica do então Vice-Prefeito em decorrência do recebimento de remuneração a maior no exercício de 1994, consoante apurado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, é sim passível de ser direcionada ao seu sucessor universal, que, até o limite das forças da herança, poderá responder pela dívida, por força da inteligência do art. 5º, XLV, da CR, c/c art. 1.997 do Código Civil.

2. Assim, tendo em vista a pertinência subjetiva do sucessor do de cujus para figurar no polo passivo da execução de título extrajudicial, há de se dar provimento ao recurso de apelação, para desconstituir a sentença que reconheceu sua ilegitimidade.

3. Encontrando-se a causa madura, a norma inserta no art. 1.013, § 3º, I, do CPC, permite o prosseguimento do julgamento pelo Tribunal quando reformada sentença estribada nas hipóteses do art. 485 do CPC.

4. A regra de imprescritibilidade inserta no art. 37, § 5º, da Constituição da República, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento dos RE's nº 636.886/AL e 852.475/SP, submetidos ao regime da repercussão geral, somente se aplica às ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não alcançando aquelas fundadas em decisão de Tribunal de Contas.

5. Diante da ausência de regras acerca da prescrição e decadência quando da ocorrência dos fatos e da tramitação do processo administrativo, entende-se, na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pela aplicação, por analogia, do prazo de 05 (cinco) anos previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 20.910/41 e art. 1º da Lei nº. 9.873/99, para tal finalidade.

6. Levando-se em conta que, realizada a citação do responsável, o processo administrativo permaneceu sem qualquer movimentação na Corte de Contas por período bastante superior a um lustro, forçoso o reconhecimento da prescrição intercorrente.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0148.17.007168-9/001 - COMARCA DE LAGOA SANTA - APELANTE(S): MUNICIPIO DE LAGOA SANTA - APELADO(A)(S): SUMAIA ARAÚJO ALCICI

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 19ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, DESCONSTITUIR A SENTENÇA, E, PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO DO FEITO, CUM FULCRO NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC, ACOLHER A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO E EXTINGUIR A EXECUÇÃO EMBARGADA.

DES. BITENCOURT MARCONDES
RELATOR

DES. BITENCOURT MARCONDES (RELATOR)

VOTO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG à sentença proferida pela MM.^a Juíza de Direito Sandra Sallete da Silva, da 1^a Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa, que, nos autos dos embargos opostos por SUMAIA ARAÚJO ALCICI à execução de título extrajudicial que lhe move a municipalidade apelante, extinguiu o feito executivo ante o reconhecimento da ilegitimidade da embargante para responder pelo inadimplemento do débito apurado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em decorrência da remuneração a maior percebida pelo seu finado genitor, Sr. Jorge Alcici, no exercício de 1994, quando ocupava o cargo de Vice-Prefeito da urbe.

Por fim, condenou o embargado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R\$ 1.500,00, com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC.

Em seu arrazoadado de ordem nº 15, alega que o título executivo extrajudicial, ao direcionar a pretensão insatisfeita em face da embargante, apresenta-se hígido, na medida em que a devedora, na qualidade de única herdeira, é quem deve responder pelo desfalque causado pelo seu finado genitor ao erário municipal.

Com esse argumento, requer o provimento do recurso, para que, desconstituindo-se a sentença, em vista da insubsistência das demais matérias de defesa apresentadas nos embargos do devedor, seja determinado o retorno dos autos à origem, com ordem de regular tramitação da execução até a satisfação do crédito perseguido. Em atenção ao princípio da eventualidade, pugna pela redução da verba honorária, porquanto excessiva.

Contrarrazões no evento de ordem nº 17, pleiteando o desprovimento do recurso.

Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça (doc. de ordem nº 21), opinando pelo provimento do recurso.

Pelo despacho de ordem nº 25, em atenção ao princípio da não surpresa (art. 10 do CPC), tendo em vista que a matéria desborda dos contornos imediatos do que foi devolvido à apreciação deste segundo grau, determinou-se a intimação das partes, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se sobre eventual prescrição.

Na petição de ordem nº 26, a embargante, na hipótese de superação da preliminar de ilegitimidade para responder à pretensão de cobrança, protesta pelo enfrentamento e acolhimento da prejudicial de mérito, consoante suscitado na inicial de ordem nº 01.

Por suas vezes, a municipalidade e o Parquet, respectivamente, nos eventos de ordem nº 27 e 29, sustentam não haver falar em prescrição, na medida em que a norma insere no art. 37, § 5º, da CR, consagra a imprescritibilidade dos prejuízos causados ao erário.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

1 - DO OBJETO DO RECURSO

O cerne da controvérsia devolvida a esta instância recursal cinge-se a perquirir a possibilidade de o MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, ora apelante, direcionar sua pretensão de cobrança, consubstanciada na Certidão de Débito TCE/MG nº 042/2015 (f. 15 do feito executivo em apenso, distribuído sob o nº 0148.16.006834-9 - doc. de ordem nº 19), em face de SUMAIA ARAÚJO ALCICI, ora apelada, filha do Sr. Jorge Alcici, que, no exercício de 1994, quando ocupava o cargo de Vice-Prefeito da urbe, percebeu remuneração em montante superior ao devido.

Compulsando os autos, verifica-se que o devedor genuíno, Sr. Jorge Alcici, veio a falecer em 27/12/2002, conforme certidão de óbito juntada no evento de ordem nº 04, p. 01.

Por outro lado, de acordo com a certidão do 2º Ofício de Notas de Lagoa Santa (doc. único, p. 117/122), a embargante SUMAIA ARAÚJO ALCICI figurou como única herdeira na escritura pública de inventário e partilha dos bens deixados por Jorge Alcici e seu cônjuge Wanda Pinto de Araújo Alcici, falecido em 03/04/2009, lavrada em 13/09/2011.

Nesse contexto, ao contrário do que entendera a magistrada a quo, a pretensão insatisfeita municipal, embora verse sobre débito que originalmente devesse recair sobre a esfera jurídica do Sr. Jorge Alcici, é sim passível de ser direcionada à executada, sucessora universal do de cujus, que, até o limite das forças da herança, poderá responder pelo ressarcimento ao erário, por força da inteligência do art. 5º, XLV, da CR1, c/c art. 1.997 do Código Civil2.

Assim, tendo em vista a pertinência subjetiva da apelada para figurar no polo passivo da execução de título extrajudicial embargada, há de se dar provimento ao recurso, para desconstituir a sentença que reconheceu sua ilegitimidade.

Considerando que a tese quanto à configuração da prescrição, suscitada pela devedora na inicial de seus embargos (doc. de ordem nº 01), já foi respondida pela municipalidade (doc. de ordem nº 09), conclui-se que a causa se encontra madura, motivo pelo qual se me apresenta possível prosseguir no julgamento, com supedâneo no art. 1.013, § 3º, I, do CPC.

2 - DA PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO

Depreende-se dos autos que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais detectou irregularidades no subsídio pago ao falecido Sr. Jorge Alcici, no exercício financeiro de 1994, época em que ocupava o

cargo de Vice-Prefeito do Município de Lagoa Santa/MG. Em virtude disso, a Corte de Contas, ao cabo do Processo Administrativo autuado sob o nº. 32.042, determinou a devolução ao erário municipal da importância de R\$ 1.930,18, relativa à remuneração a maior recebida pelo agente político, que, atualizada até out/2016, atingiu a monta de R\$ 32.827,86.

De um lado, a embargante afirma que, em razão da paralisação do processo administrativo por lapso superior a 05 anos após a citação do devedor, deve-se reconhecer que a formação do crédito objeto de cobrança restou fulminada pela prescrição intercorrente, sendo de rigor a extinção do feito executivo.

Por outro, a municipalidade defende não haver falar em prescrição, na medida em que a norma inserta no art. 37, § 5º, da CR, consagra a imprescritibilidade dos prejuízos causados ao erário.

Inicialmente, calha anotar que a norma inserta no art. 37, § 5º, da Constituição da República, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento dos RE's nºs 852.475/SP e 636.886/AL, submetidos ao regime da repercussão geral, somente se aplica às ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não alcançando aquelas fundadas em decisão de Tribunal de Contas, senão vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO.

1. A prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais.

2. Há, no entanto, uma série de exceções explícitas no texto constitucional, como a prática dos crimes de racismo (art. 5º, XLII, CRFB) e da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV, CRFB).

3. O texto constitucional é expresso (art. 37, § 5º, CRFB) ao prever que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos na esfera cível ou penal, aqui entendidas em sentido amplo, que gerem prejuízo ao erário e sejam praticados por qualquer agente.

4. A Constituição, no mesmo dispositivo (art. 37, § 5º, CRFB) decota de tal comando para o Legislador as ações cíveis de ressarcimento ao erário, tornando-as, assim, imprescritíveis.

5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

6. Parcial provimento do recurso extraordinário para (i) afastar a prescrição da sanção de ressarcimento e (ii) determinar que o tribunal recorrido, superada a preliminar de mérito pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento por improbidade administrativa, aprecie o mérito apenas quanto à pretensão de ressarcimento.³

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE.

1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado.

2. Analisando detalhadamente o tema da "prescritibilidade de ações de ressarcimento", este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa - Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública.

3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas a partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento.

4. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).

5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas".⁴

Fixada a premissa acerca da não incidência da norma inserta no art. 37, § 5º, da CR, ressalto que a Lei Complementar Estadual nº 102/08, que contém a organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em seus arts. 110-A a 110-F, disciplina a prescrição e decadência no âmbito daquela Corte.

Ocorre que, no caso específico dos autos, os fatos objeto da averiguação pelo TCE/MG remontam ao ano de 1994, tendo o Processo Administrativo nº. 32.042 sido deflagrado nos idos de 1995.

Assim, em que pese a 1ª Câmara do TCE tenha feito menção aos dispositivos legais acima mencionados para rejeitar a prejudicial de prescrição suscitada pelo Parquet de Contas no acórdão de ordem nº 06, p. 11/21, tenho que tais dispositivos mostram-se inaplicáveis à espécie, em razão do princípio da irretroatividade das normas estampado no art. 6º da LINDB, porquanto somente vieram a ser acrescentados na Lei Orgânica do TCE/MG com o advento da Lei Complementar nº. 120, de 15/12/11, sendo certo que, no período anterior à sua vigência, os regramentos revogados (LC nº. 33/94 e LC nº. 102/08, que a revogou), eram silentes.

Não obstante, diante da ausência de regras acerca da prescrição e decadência quando da ocorrência dos fatos e da deflagração do processo administrativo, entendo, na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pela aplicação, por analogia, do prazo de 05 (cinco) anos previsto no art. 1º do Decreto-lei nº. 20.910/325 e no art. 1º da Lei nº. 9.873/996.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. VIOLAÇÃO A INSTRUÇÃO NORMATIVA. EXAME INCABÍVEL EM SEDE DE APELO ESPECIAL. ARTS. 31 E 57 DA LEI 8.443/92, 471 DO CPC, 884 DO CC, 26, VI, E 27, § 1º, DA LEI 9.784/99. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. TESE DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA OU FALHA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. IMPUTAÇÃO DO DÉBITO E APLICAÇÃO DE SANÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE HIPÓTESE DE IMPRESCRITIBILIDADE. LACUNA LEGISLATIVA. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO POR ANALOGIA. APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL. DECURSO. OCORRÊNCIA.

1. As instruções normativas não integram o conceito de lei federal para fins de controle em sede de recurso especial. Precedentes.

2. O Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre os arts. 31 e 57 da Lei 8.443/92, 471 do CPC, 884 do CC, 26, VI, e 27, § 1º, da Lei 9.784/99, carecendo o recurso especial, no ponto, do requisito do prequestionamento. Incidência da súmula 282/STF.

3. "A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento" (§ 5º do art. 37 da CF).

4. As "ações de ressarcimento" são imprescritíveis, conforme dispõe expressamente o texto constitucional, o que tem sido observado e reiterado nos julgamentos desta Corte, seja em sede de ação de improbidade com pedido de ressarcimento, seja em ação com o fim exclusivo de ressarcir o erário. No entanto, os autos não versam sobre o exercício do direito de ação, ou seja, de pedir ressarcimento perante o Poder Judiciário. Ao contrário, tratam da imputação de débito e aplicação de multa promovida pelo Tribunal de Contas da União, no exercício do seu poder/dever de velar pelas contas públicas, mediante atuação administrativa, oportunidade em que não há falar em exercício do direito de ação e, conseqüentemente, em imprescritibilidade.

5. Eventual desvio de verbas ou qualquer outra ilegalidade que importe prejuízo ao erário poderá ser objeto de ação de ressarcimento, perante o Poder Judiciário, a qualquer tempo, eis que imprescritível, hipótese em que o ônus da prova do efetivo prejuízo e da responsabilidade do seu causador incumbe a quem pleiteia o ressarcimento.

6. Na tomada de contas especial, diversamente, o ônus da prova incumbe ao responsável pela aplicação dos recursos repassados, que se torna o responsável pelo débito e multa por mera presunção de prejuízo ao erário se ausente ou falha a prestação de contas. Nessas circunstâncias, a atuação administrativa deve encontrar limites temporais, sob pena de sujeitar os responsáveis pela aplicação de repasses de verbas federais a provarem, eles, a qualquer tempo, mesmo que decorridas décadas, a adequada aplicação dos recursos que um dia geriram, em flagrante ofensa a princípios basilares do Estado de Direito, como a segurança jurídica e ampla defesa.

7. Em virtude da lacuna legislativa, pois não há previsão legal de prazo para a atuação do Tribunal de Contas da União, deve ser-lhe aplicado o prazo quinquenal, por analogia aos arts. 1º do Decreto 20.910/32 e 1º da Lei 9.873/99. Em hipótese similar à presente, porquanto ausente prazo decadencial específico no que concerne ao exercício do poder de polícia pela Administração, antes do advento da Lei 9.873/99, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.105.442/RJ (Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, DJe 22/2/2011), sob o rito do art. 543-C do CPC, assentou ser ele de 5 anos, valendo-se da aplicação analógica do art. 1º do Decreto 20.910/32.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido para julgar procedente o pedido inicial, desconstituindo a decisão do Tribunal de Contas da União no processo de tomada de contas especial do Convênio 5013/96, ressalvando-se a via judicial para o pleito de eventual ressarcimento.7 (g.n.)

Igualmente se colhe da doutrina ELODY NASSAR a possibilidade de configuração da prescrição

intercorrente no âmbito do processo administrativo, com fundamento no Decreto-Lei nº. 20.910/32 e outros diplomas legais vigentes, senão vejamos:

(...)

O ordenamento jurídico brasileiro relaciona a prescrição intercorrente à ideia de paralisação de um dado processo, com inércia do autor, por prazo que ultrapasse o da prescrição que possa incidir na relação processual.

A posição do direito brasileiro, desde o Código Civil de 1916 até o Código de 2002, consagra a noção de que com a propositura da ação e em face da citação (no caso de processo judicial) fica interrompida a prescrição.

(...)

Se a prescrição intercorrente é admitida amplamente no âmbito do processo judicial, com maior razão também há de sê-lo nos processos administrativos, onde as autoridades administrativas são investidas por meio da lei de um poder muito mais discricionário de atuação nos feitos, porquanto neles funcionam, a um só tempo, como parte e juiz. Na esfera administrativa, a prescrição intercorrente ocorrerá quando, suspensa ou interrompida a exigibilidade, o processo administrativo ficar paralisado por incúria da Fazenda Pública. É, pois, a prescrição que se verifica no curso do processo. A prescrição intercorrente no âmbito administrativo caracteriza-se pela inércia das partes, por decurso de prazo disposto nos arts. 1º do Decreto n. 20.910/32, 2º e 3º do Decreto-Lei n. 4.597/42 e 103 da Lei n. 8.213/91, deixando o processo parado por tal período, sem manifestação que efetivamente proceda a interrupção da prescrição.⁸ (g.n.)

Volvendo ao caso concreto, resta incontroverso que, realizada a citação do responsável (13/03/1996), o processo administrativo permaneceu sem qualquer movimentação até a juntada do parecer ministerial, datado de 09/12/2009.

Nessa esteira, forçoso o reconhecimento, na espécie, da prescrição intercorrente, na medida em que o procedimento permaneceu paralisado por lapso muito superior a um lustro, o que, certamente, não se coaduna com os princípios constitucionais da duração razoável do processo, da segurança jurídica e estabilidade das relações jurídicas.

Em casos análogos, já decidiu este Tribunal:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DOS PROCESSOS - SENTENÇA CONFIRMADA.

- A Administração Pública não tem o direito de eternizar a apuração de falta administrativa cometida por agente político.

- No âmbito do Tribunal de Contas, se o processo administrativo ficou paralisado por mais de cinco anos, deve ser extinto e desfeita a condenação ao pagamento de multa porquanto é necessário que seja concluído em prazo razoável.⁹ (g.n.)

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - MULTA IMPOSTA PELO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL (TCE/MG) - PROCESSO ADMINISTRATIVO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - CONFIGURAÇÃO - LEI ORGÂNICA DO TCE/MG - SENTENÇA MANTIDA.

De acordo com a norma contida nos artigos 110-E e 110-F, ambos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), a pretensão punitiva deste prescreve em 05 (cinco) anos, tendo como termo inicial a data da ocorrência do fato; contudo, o prazo voltará a correr por inteiro a partir da ocorrência de causa interruptiva da prescrição (incisos I a VI do art.110-C), dentre elas a citação válida.

Assim, no caso em tela, considerando que após a citação do Chefe do Poder Executivo o processo administrativo permaneceu inerte por mais de 07 (sete) anos, sem qualquer manifestação, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente.

Vale ressaltar que a manifestação do Tribunal de Contas há de ser externada dentro de prazo razoável, sob pena de se eternizar a sujeição do investigado ao processo administrativo, o que não se coaduna com a CR/88.10 (g.n.)

Logo, o acolhimento da prejudicial de prescrição é medida que se impõe.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, dou provimento ao recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, para desconstituir a sentença, e, prossequindo no julgamento, com fulcro no art. 1.013, § 3º, I, do CPC, julgo procedentes os embargos, a fim de acolher a prejudicial de prescrição e extinguir a execução autuada em apenso sob o nº 0148.16.006834-9.

Condeno a municipalidade ao pagamento das despesas processuais, ressalvada em seu favor a isenção de que cuida o art. 10, I, da Lei nº 14.939/03, bem como de honorários advocatícios, que, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC, fixo em 10% do valor atualizado da causa, que corresponde ao proveito econômico

obtido pela parte vencedora.

DES. LEITE PRAÇA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. VERSIANI PENNA - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG, DESCONSTITUÍRAM A SENTENÇA, E, PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO DO FEITO, COM FULCRO NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC, ACOLHERAM A PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO E EXTINGUIRAM A EXECUÇÃO EMBARGADA"

1 Art. 5º. (...)

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

2 Art. 1.997. A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube.

3 STF. RE 852475, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, Dje de 25/03/2019.

4 STF. RE 636886, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, Dje de 24/06/2020.

5 Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.(g.n.)

6 Art. 1º. Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1o. Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 2o. Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal. (g.n.)

7 STJ. REsp 1480350/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 12/04/2016.

8 (NASSAR, Elody. Prescrição na Administração Pública. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 228-229).

9 TJMG. Apelação Cível nº. 1.0106.12.003080-9/001, Rel. Des. ALBERTO VILAS BOAS, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/10/2013, publicação da súmula em 06/11/2013.

10 TJMG. Apelação Cível nº. 1.0525.12.013798-5/001, Rel. Des. GERALDO AUGUSTO, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/10/2015, publicação da súmula em 16/10/2015.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais